

HABEAS CORPUS Nº 548.147 - MG (2019/0354597-7)

RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO
IMPETRANTE : JOÃO PAULO PIRES DE OLIVEIRA MARQUES E OUTRO
ADVOGADOS : CLEMILSON JOSE OLIMPIO - MG160990
JOAO PAULO PIRES DE OLIVEIRA MARQUES - MG173561
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : LUAN MATEUS RIBEIRO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de LUAN MATEUS RIBEIRO, apontando-se como autoridade coatora o Tribunal de Justiça de Minas Gerais que indeferiu o pedido liminar no *writ* de origem.

O paciente foi preso em flagrante, sendo convertida a prisão em preventiva, pela prática do crime de receptação, tipificado no art. 180, *caput*, do CP.

O impetrante argumenta a ausência dos requisitos autorizadores da prisão preventiva e de fundamentação idônea no decreto prisional.

Por isso, requer a concessão da ordem, para que seja revogada a prisão preventiva.

É o relatório.

DECIDO.

A teor do disposto no enunciado da Súmula 691 do Supremo Tribunal Federal, não se admite a utilização de *habeas corpus* contra decisão que indeferiu a liminar em *writ* impetrado no Tribunal *a quo*, sob pena de indevida supressão de instância.

A despeito de tal óbice processual, tem-se entendido que, em casos excepcionais, quando evidenciada a presença de decisão teratológica ou desprovida de fundamentação, é possível a mitigação do referido enunciado.

A decisão do Tribunal de origem que indeferiu a liminar foi fundamentada nos seguintes termos (fls. 49/50):

[...] É o breve relatório.

A concessão da liminar em sede de *habeas corpus* não tem previsão legal, constituindo criação da jurisprudência para casos em que a urgência, necessidade e relevância da medida se mostram evidenciadas de forma indiscutível na própria impetração e nos elementos de prova que a acompanham.

No caso em apreço, não se vislumbra, a princípio, o alegado constrangimento ilegal sofrido pelo paciente, razão pela qual entendo imprescindível ouvir, primeiramente, a autoridade apontada como coatora, mesmo porque a impetração não veio suficientemente instruída com documentos a viabilizar a

averguiação da pertinência dos argumentos defensivos.

Assim, ausentes os requisitos do periculum in mora e do fumus boni juris, indefiro o pedido liminar. [...]

A decisão que decretou a prisão preventiva assim dispôs (fls. 46/47):

[...] Vieram-me os autos conclusos. Passo agora a decidir.

O flagrante foi feito dentro dos ditames legais, não havendo nenhuma mácula que o contamine.

Nos termos do art. 310 do Código de Processo Penal, ao receber o auto de prisão em flagrante, o juiz deverá fundamentadamente: i) relaxar a prisão ilegal; ii) converter a prisão em flagrante em preventiva, quando presentes os requisitos constantes no art. 312 do aludido código, e se revelarem inadequadas ou insuficientes as medidas cautelares diversas da prisão; ou iii) conceder liberdade provisória com ou sem fiança.

Como é cediço, a Constituição da República, no art. 5º, LXVI, dispõe que ninguém será mantido na prisão quando a lei admitir liberdade provisória.

A prisão preventiva, por sua vez, mais do que nunca, permanece como medida de exceção, pois, só será admitida quando; i) presentes os requisitos do art. 312 do Código de Processo Penal; ii) presentes as hipóteses do art. 313; e iii) quando insuficientes as medidas cautelares previstas no art. 319, conforme acima mencionado.

Assim, por todo o exposto, considero inadmissível, a concessão da liberdade provisória, pelos fundamentos já aduzidos e haja vista que os elementos contidos nos autos **evidenciam a necessidade da manutenção do indiciado no ergástulo, por não haver garantias de que a ordem pública e a paz social estejam protegidas com a sua liberdade.**

Ademais, **há prova da materialidade e indícios suficientes da autoria**, o que caracteriza os elementos previstos no art. 312 e 313 do Código de Processo Penal, estando **presente, portanto o fundamento da prisão preventiva para a garantia da ordem pública.**

Em virtude dos motivos acima explanados, das circunstâncias do fato e da gravidade dos delitos, entendo que são inaplicáveis, ao presente caso, quaisquer das medidas cautelares previstas no artigo 319 do Código de Processo Penal, uma vez que estas se mostram insuficientes e inadequadas.

Diante do exposto, **havendo indícios suficientes de autoria por parte do flagranteado e considerando que os requisitos constantes do art. 312 do CPP** ainda estão presentes, hei por bem, nos termos do art. 310, II do Código de Processo Penal **CONVERTER A PRISÃO EM FLAGRANTE EM PREVENTIVA**, mantendo, assim, o investigado na prisão em que se encontra. [...]

Como se vê, o juízo de origem fundamentou o decreto prisional com base na presença de autoria suficiente e materialidade do delito, indicando também não haver garantias de que a ordem pública e a paz social estejam protegidas com a sua

liberdade.

Em detida análise do decreto de prisão, verifica-se que não foi apontada qualquer fundamentação concreta para a custódia cautelar, limitando-se à indicar dispositivos legais e valendo-se de motivos que se prestariam a justificar qualquer outra decisão. Na verdade, não houve qualquer menção acerca da gravidade concreta do crime.

Não se tendo no tema, com a ausência de motivo que indique a necessidade da custódia cautelar, divergência nesta Sexta Turma do Tribunal, desde logo deve ser reconhecida a ilegalidade para mitigar a Súmula 691/STF.

Ante o exposto, defiro a liminar para a soltura do paciente, LUAN MATEUS RIBEIRO, até o julgamento de mérito do *writ* de origem, que não resta por esta decisão prejudicado, o que não impede a fixação de medida cautelar diversa da prisão, por decisão fundamentada.

Comunique-se.

Solicitem-se informações.

Após, ao Ministério Público Federal, para manifestação.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO
Relator